

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

UM PANORAMA DAS RAZÕES DOS DESCUMPRIMENTOS DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE RESERVA-PR

Jane Elaine Scremin (jane_scremin@hotmail.com)

RESUMO

O presente artigo tem como objeto “O Programa Bolsa Família” e como categorias contributivas: Programa de transferência de renda no Brasil e o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) proposto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de avaliação de famílias residentes no Município de Reserva – PR, cadastradas no Cadúnico, pois a variedade de informações possibilita uma análise que permite avaliar a vulnerabilidade da população cadastrada no Município. O objetivo geral visa fornecer subsídios ao Município para que sejam implantadas ações que aumentem o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, para minimizar as advertências e desligamentos. Sobre a metodologia contou-se com os procedimentos de revisão de literatura, documentos e registros oficiais. A pesquisa foi de cunho quantitativo. O universo foi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão responsável pela operacionalização do Programa Bolsa Família (SMDDES) e como sujeitos envolvidos contou-se com as 3119 famílias inscritas no Cadúnico.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Índice de Desenvolvimento Familiar. Cadúnico.

1 INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver este projeto de pesquisa surgiu quando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Reserva foi contemplado com o Programa “Amigo de Valor”, que tem como órgão concedente Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., cujo objetivo consiste na realização de diagnósticos baseados em informações precisas, extraídas de fontes qualificadas, respaldados em ampla discussão entre todas as partes interessadas (PRATTEIN, 2011).

O processo de diagnóstico e planejamento tem como uma das prioridades o aprimoramento das linhas de ação das políticas sociais básicas (educação; saúde; cultura, esporte e lazer; assistência à família entre outras) (ECA, 2010).

Deste modo, as instituições e Programas da rede de atendimento funcionarão de forma mais efetiva a partir do apontamento dos principais problemas, potencialidades e prioridades do Município (PRATTEIN, 2011).

E à medida que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Reserva- PR vem desenvolvendo o diagnóstico social percebeu-se que as famílias contempladas com Programas sociais estão aumentando substancialmente e a parcela mais

carente da população é aquela que mais descumpra as condicionalidades. Portanto, que mudanças são necessárias para coibir as advertências constantes no Município e até mesmo o desligamento do Programa Bolsa Família, uma vez que a grande maioria dessas famílias depende de tal recurso para a subsistência familiar?

O Município de Reserva tem uma extensão territorial de 1.633,956 km². Lembrando que 56% da população deste residem em área rural e por seu difícil acesso interfere na intervenção social de modo ativo e permanente, portanto a população estimada é de 25.172 habitantes (IBGE, 2010).

Analisou-se de modo quantitativo as seis dimensões que norteiam o IDF cuja base é de grande relevância para avaliar as condições de vida dos núcleos familiares diversos (IPEA, 2008), ou seja, os dados de 3119 sujeitos, distribuídos em 44 bairros do Município de Reserva – PR que estão inscritos no CadÚnico, pois trata-se de uma ferramenta “eficaz”.

Portanto, adotando os procedimentos citados foi possível realizar apreciações acerca do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família que é o objeto deste trabalho.

Pretende-se enunciar os resultados desta pesquisa e com isso apresentar dados que deslumbrem as vulnerabilidades destes núcleos familiares e possivelmente possam subsidiar a elaboração de novas propostas para uma Política Pública Municipal comprometida com a proteção integral deste público, otimizando recursos para que sejam devidamente utilizados para beneficiar à população local.

OBJETIVOS

- Fornecer subsídios ao Município para que sejam implantadas ações que aumentem o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com vistas a minimizar as advertências e desligamentos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PROGRAMA S E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL ENFATIZANDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Para Cristóvam (2005) as políticas sociais são ações desenvolvidas pelo Estado, ou em escala Municipal e essas direcionam-se ao bem estar coletivo, também propõe pautas preventivas diante de situações de risco à sociedade, então essas deveriam assegurar a

igualdade e acesso aos direitos sociais, no entanto como observa-se em nosso cotidiano somente uma parcela da população parece contemplada.

Em decorrência deste fato faz-se necessário destacar que um elemento central de tal política que deveria ser melhor considerado é a vulnerabilidade social; fator este que desencadeia a pobreza e a exclusão social, pois o nosso país é composto por uma parte expressiva de habitantes com um mínimo de condições e má distribuição de renda (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Para amenizar o impacto de tal vulnerabilidade foi criado um Programa de transferência de renda, ou seja, o Programa Bolsa Família, instituído conforme lei Federal n° 10.836 em 09 de Janeiro de 2004 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

No entanto, os beneficiários do PBF que tem dificuldade para cumprir com as condicionalidades são encaminhados para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que possui um Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), cujo objetivo consiste no auxílio a essas famílias, visto que devem receber um atendimento mais direcionado (MDS, 2007).

2.2 DISCUTINDO A OPERALIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL (ICS)

A Instância de Controle Social (ICS) pauta-se na norma de Instrução MDS n°. 01 de 20 de maio de 2005, neste documento há orientações quanto à constituição e atuação das Instâncias de Controle Social.

Deste modo, a ICS nada mais é do que um Conselho Municipal do Programa Bolsa Família. A criação deste visa a verificação da situação das famílias cadastradas no Cadastro Único, bem como de quem pode receber o benefício. Também pode e deve ser considerado como um canal de reclamações e denúncias.

De acordo com o MDS (2006) a ICS deve ter membros paritários, ou seja, governamentais e não governamentais, além de ter caráter permanente, e sua criação ocorre por meio legal (decreto) que assegura essas características.

Há mecanismos que a ICS pode adotar para o melhoramento do cadastro e com isso contribuir com as famílias cadastradas, como por exemplo: solicitar visitas as famílias para verificar a veracidade das informações que estão contidas no cadastro, nos casos de dúvidas ou denúncias; realizar encontros com a comunidade com o intuito de esclarecer dúvidas sobre o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, e identificar as dificuldades e propor soluções as famílias beneficiárias para a efetivação de seu direito.

2.3 AS DIMENSÕES DA POBREZA DE ACORDO COM UMA FERRAMENTA CHAMADA DE ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF)

Para a construção dos dados abaixo utilizou-se o Índice do Desenvolvimento da Família (IDF) que foi proposto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, trata-se de uma ferramenta que ilustra as dimensões da pobreza e também como esse fator afeta o desenvolvimento dos indivíduos dentro de um núcleo familiar (IPEA, 2008).

Essa base é utilizada pelos Programas do governo e também pelo Bolsa Família e tem como objetivo central a inclusão social da população considerada como de baixa renda (MDS, 2007).

Permite um panorama sobre a vulnerabilidade social das famílias residentes neste Município, assim sendo, foram contempladas as seis dimensões que retratam as condições de vida da família e podem ser avaliadas a partir das informações reunidas pelo Cadastro Único (2010), são estas: (a) o índice de desenvolvimento da família, (b) acesso ao conhecimento, (c) acesso ao trabalho, (d) disponibilidade de recursos, (e) desenvolvimento infantil e (f) condições habitacionais, tais indicadores mapeiam as vulnerabilidades das famílias com renda de até três salários mínimos vigentes.

3 METODOLOGIA

De acordo com a metodologia proposta utilizou-se a observação participante para análise de conteúdo que serviu como suporte para compreender como o beneficiário do Programa Bolsa Família apreende o programa, bem como apontar propostas que possam auxiliar as famílias para que essas não sejam advertidas ou desligadas do mesmo. Por meio das observações praticadas ao longo desta pesquisa foi possível considerar que:

A) As famílias beneficiárias conhecem na íntegra o Programa Bolsa Família? Não conhecem na íntegra ou conhecem muito pouco a respeito do mesmo. Devido à grande maioria dos responsáveis familiares (RF) possuírem um baixo grau de escolaridade ou até mesmo a falta deste, sendo, portanto, pessoas analfabetas.

B) Qual a razão para o descumprimento das condicionalidades? As crianças ou adolescentes deixam de frequentar a escola e iniciam precocemente o labor.. As famílias omitem a princípio, mas em geral, acabam confessando e preferem essa situação, pois o valor

obtido com o trabalho dos seus filhos é muito maior quando comparado ao valor oferecido pelo Governo Federal.

C) Que medidas propor para melhorar a compreensão quanto as regras do Programa Bolsa Família às famílias beneficiárias deste? A solução proposta para isso é tentar fazer com que os beneficiários entendam de alguma forma a importância de manter seus filhos na escola com o mínimo de faltas possíveis e com razões justificáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central versava sobre o cumprimento das condicionalidades por parte das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, concluí-se que:

De acordo com a base de dados do IDF percebe-se que ao se caracterizar o Município de Reserva, o baixo índice ao acesso ao trabalho é uma constante nas famílias analisadas, concomitantemente incide no acesso ao conhecimento, portanto essas duas características estão intimamente ligadas, ou seja, uma é o reflexo da outra. O índice de analfabetismo é de 21,7%, fator que incide no subemprego, pois o sustento de muitas famílias provêm do subemprego em plantação e/ou colheita de tomate e em serrarias que contribui com a exploração do trabalho infantil, evasão escolar, desemprego, ausência de postos de trabalho, IDH baixo dentre outros.

Deve-se considerar que esse Programa necessita de outras ou novas implementações, com a adoção de ações que visem melhores condições econômicas, culturais, sociais a essas famílias. O meio deveria ser de caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o cumprimento das condicionalidades, porém não é realizado, visto que observou-se que a vulnerabilidade social, decorre também de informação, pois grande parte das famílias entende o programa como um direito adquirido.

Enquanto não houver o monitoramento por parte do Ministério do Desenvolvimento Social, bem como a exigência do desenvolvimento deste, há um número cada vez maior de famílias em situação de miserabilidade, pois não conseguem sequer cumprir com as condicionalidades pela ausência de orientação, isso fortalece a existência de um grupo excluído.

Capacitar todos os atores sociais envolvidos e o fortalecimento da Instância do Controle Social (ICS) poderia influenciar na eficácia do cumprimento das condicionalidades.

O PBF também possui ações complementares, mas há falta de interesse dos beneficiários quanto à geração de renda ou para inserção em cursos de alfabetização. Considerando que as atividades complementares foram previstas como meios para despertar a emancipação destas famílias, e concomitantemente a redução de beneficiários do Programa, questiona-se quais as medidas que o governo poderia determinar para mudar essa realidade?

É emergente a promoção de sua operacionalização na íntegra, para que os Municípios possam de fato concretizar essa política pública que está pautada na legislação e em documentos oficiais, que analisando se referem a perspectivas ao combate à pobreza e a fome no país.

Entretanto, na prática observa-se mais limites que potencialidades, deixando muito a desejar, embora o PBF na teoria pareça ser perfeito, a realidade das famílias que residem no Município de Reserva que dependem deste Programa é de restrição

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. *Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n.º. 797, 8 set. 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA): *20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990)*. Curitiba, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): *Censo Demográfico*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12. abr. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Manual de Orientações para Utilização do Aplicativo do Índice de Desenvolvimento da Família*. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS): *Desenvolvimento social em debate: Síntese das pesquisas de avaliação de Programas sociais do MDS*. Brasília, DF: MDS; SAGI, n.5, fev. 2007. 132 p.

_____. *Guia de Atuação Das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família*. Brasília. 2006.

PRATTEIN. *Conhecer para Transformar: Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes*. São Paulo, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Medida Provisória n.º 132, de 20 de outubro 2003*. Brasília.

SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. *A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos Programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.